

AÇÃO URGENTE

MAIS DE 90 HOMENS MORTOS DURANTE REBELIÕES EM PRISÕES BRASILEIRAS

Na primeira semana de Janeiro, mais de 90 homens foram mortos (a tiros, decapitados ou esquartejados) em prisões nos estados do Amazonas e de Roraima no nordeste do Brasil, como resultado de rebeliões e conflitos entre grupos criminosos. Autoridades devem investigar prontamente as mortes e adotar medidas dentro do sistema prisional para evitar incidentes semelhantes.

Entre 1º e 2 de janeiro, 56 presos foram mortos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus, estado do Amazonas, durante uma rebelião e conflito entre grupos criminosos. Alguns foram mortos com emprego de armas de fogo, outros foram esfaqueados, decapitados, queimados e esquartejados. A rebelião durou cerca de 16 horas e 12 pessoas foram feitas reféns, mas foram liberadas mais tarde sem ferimentos. Mais de 180 prisioneiros escaparam durante a rebelião, mas, até o dia 8 de janeiro, menos da metade foram localizados e levados de volta à prisão pela polícia. No dia 2 de janeiro, 4 homens foram mortos na unidade prisional de Puraquequara, também em Manaus. Devido à falta de segurança e destruição das instalações, alguns presos do Anísio Jobim foram levados para a Cadeia Pública Vidal Pessoa, que foi desativada em 2016 devido a condições inadequadas, e, no dia 8 de janeiro, quatro homens foram mortos ali. Também no dia 8, três corpos foram encontrados na mata, próximo ao Complexo Penitenciário Anísio Jobim. Anísio Jobim está extremamente superlotado, suportando mais de 1.200 presos ainda que com capacidade apenas para 770. Isso é um indicativo do sistema prisional no estado do Amazonas, que possui mais de 10.000 presos enquanto sua capacidade é de 3. O Conselho Nacional de Justiça e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura já tinham denunciado anteriormente as condições inumanas e a superlotação do Sistema prisional do Amazonas e reivindicaram das autoridades que tomassem medidas de urgência, mas até agora nada foi feito. Desde 2013, o Complexo Penitenciário Anísio Jobim está sob administração privada.

Além disso, nas primeiras horas do dia 6 de janeiro, pelo menos 31 homens foram mortos na penitenciária agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista, estado de Roraima. Autoridades afirmaram que esse número é potencialmente maior visto que eles estão tendo dificuldades para identificar diversos corpos que foram esquartejados ou desmembrados. Várias vítimas foram decapitadas e tiveram coração e outras partes de seus corpos removidas. Presos filmaram uma parte das mortes. A penitenciária de Monte Cristo também é superlotada, suportando 1400 presos enquanto tem capacidade apenas para cerca de 700. Em setembro de 2016, o Conselho Nacional de Justiça denunciou as condições degradantes dessa penitenciária. A situação nas prisões de Amazonas e Roraima seguem instáveis, Em outros estados, há relatos de tensões em prisões devido a superlotação e condições ruins, mas também devido a conflitos entre grupos criminosos que operam nacionalmente.

Por favor, escreva imediatamente em português, inglês ou em seu próprio idioma:

- Instando as autoridades a garantir uma investigação célere, meticulosa e imparcial das mortes de mais de 90 pessoas nas prisões de Amazonas e Roraima e a trazer todos os suspeitos de responsabilidade criminal à justiça;
- Instando-os a adotar medidas imediatas para evitar outras possíveis rebeliões iminentes e mortes no Sistema prisional;
- Reivindicando delas a implementação das recomendações feitas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e pelo Relator Especial da ONU sobre a Tortura em seu relatório sobre sua missão para o Brasil.

FAVOR ENVIAR APELOS ATÉ 21 DE FEVEREIRO DE 2017 PARA:

**AMNESTY
INTERNATIONAL**



Ministro da Justiça
Alexandre de Moraes
Esplanada dos Ministérios, Bloco T,
Palácio da Justiça, edifício sede, 4º
andar, Brasília/DF
CEP: 70064-900, Brasil
E-mail: didoc.gm@mj.gov.br
Saudação: Exmo. Ministro

Presidente do Conselho Nacional de
Justiça
Carmem Lúcia Antunes Rocha
Ed. Anexo I do Supremo Tribunal
Federal, 2º Andar, Gabinete da
Presidência, Sala B219. Praça dos Três
Poderes, s/nº, Brasília, DF
CEP: 70.175-900, Brasil
E-mail: presidencia@cnj.jus.br
Saudação: Exma. Presidente do CNJ

E cópias para:
Pastoral Carcerária
Pe. Valdir João Silveira
Praça Clovis Beviláccqua, 351, conj. 501,
Centro, São Paulo, SP
CEP 01018-001, Brasil

Also send copies to diplomatic representatives accredited to your country. Please insert local diplomatic addresses below:

Name Address 1 Address 2 Address 3 Fax Fax number Email Email address Salutation Salutation

Please check with your section office if sending appeals after the above date.

AÇÃO URGENTE

MAIS DE 90 HOMENS MORTOS DURANTE REBELIÕES EM PRISÕES BRASILEIRAS

INFORMAÇÃO ADICIONAL

As reações e declarações públicas de algumas autoridades acerca das mortes no Complexo Penitenciário Anísio Jobim foram inapropriadas. O presidente Michel Temer tachou as mortes de “*um acidente pavoroso*”; O governador do Amazonas, José Melo, justificou o episódio dizendo que “*ali não tinha nenhum santo*”; O secretário de administração penitenciária do Amazonas declarou: “*Queria o que? Ali não tinha padre, tinha criminoso*”; e o Secretário Nacional de Juventude afirmou que “*tinha era que matar mais. Tinha que fazer uma chacina por semana*”. Devido à pressão pública, o Secretário Nacional de Juventude renunciou depois de fazer essa declaração.

Após as mortes nas prisões do estado de Roraima, a governadora de Roraima afirmou que ela havia pedido formalmente apoio do governo federal e do Ministro da Justiça em outubro de 2016 devido às condições instáveis do sistema prisional no estado. O governo federal negou o apoio em outubro do ano passado. O Ministro da Justiça disse que eles não haviam negado apoio ao estado de Roraima, mas documentos oficiais vazados para a imprensa o contradisseram e revelaram que o governo federal se recusou a enviar apoio.

De acordo com o Ministério da Justiça, no final de 2015 o sistema penitenciário nacional possuía mais de 620.000 pessoas, apesar de ter capacidade total para cerca de 370.000 pessoas. Superlotação grave, condições degradantes, tortura e violência são o padrão das prisões brasileiras. Entretanto, as autoridades não tem tomado medidas concretas nos últimos anos para superar a grave superlotação e as péssimas condições e para evitar violência letal dentro das prisões.

Em outubro de 2016, 10 homens foram decapitados ou queimados vivos em uma prisão do estado de Roraima e oito homens morreram por asfixia em uma cela durante um incêndio no estado de Rondônia. Em 2015, no estado de Minas Gerais, três detentos foram mortos durante uma rebelião na penitenciária de Teófilo Otoni em outubro e dois em circunstâncias similares em uma prisão em Governador Valadares em junho. Em outubro de 2015, houveram distúrbios em uma prisão de Londrina no sudeste do estado do Paraná. Durante todo o ano de 2013, 60 detentos foram assassinados no presídio de Pedrinhas, no estado do Maranhão, e quase 20 foram mortos entre janeiro e outubro de 2014. Vídeos de decapitações foram transmitidos na mídia. Um dos presos de Pedrinhas foi morto, grelhado e parcialmente comido por outros prisioneiros. Em novembro de 2010, uma rebelião no presídio de Pedrinhas resultou em 18 pessoas mortas. Em maio de 2014, 31 homens (30 presos e um agente penitenciário) foram mortos durante uma rebelião em um centro de detenção em Benfica, no Rio de Janeiro. Em janeiro de 2002, 27 homens foram mortos no presídio Urso Branco em Porto Velho, Rondônia. Em outubro de 1992, 111 homens foram mortos por policiais militares no presídio de Carandiru em São Paulo depois de uma grande rebelião. 74 policiais militares foram sentenciados pela morte de 77 vítimas do massacre, mas em 2016 o julgamento foi declarado nulo e o massacre segue impune.

As condições caóticas das prisões brasileiras tem sido denunciadas nos últimos anos pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (ver: http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/sistema-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura-snpct/mecanismo/Unidades_Prisionais_de_Manaus___AM.pdf), pelo Relator Especial da ONU sobre Tortura e por diversas organizações nacionais e internacionais de direitos humanos. Em seu relatório de missão para o Brasil (ver: http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?m=103), o Relator Especial da ONU sobre Tortura reivindicou que as autoridades brasileiras adotassem medidas imediatas para eliminar a superlotação e implementar com plena observância as Regras Mínimas das Nações Unidas Para o Tratamento de Presos (Regras de Mandela), expandir a realização de audiências de custódias para abranger o território nacional e por em prática mecanismos efetivos de reclamação para os detentos para que denunciem tortura e maus-tratos.

Nome: Mais de 90 homens em prisões dos estados de Amazonas e Roraima

Gênero m/f: m

